

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1243/XIII/3ª

**CONTRATAÇÃO DEFINITIVA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE
COLOCADOS AO ABRIGO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DA GRIPE
ATIVADO ENTRE 1 DE NOVEMBRO DE 2017 E 31 DE MARÇO DE 2018**

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) continua a evidenciar um significativo défice de profissionais. Apesar do aumento da contratação registado no último ano, a verdade é que continuam a faltar médicos, enfermeiros, técnicos superiores de saúde, assistentes técnicos e operacionais, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assim como outros profissionais.

Durante os anos do Governo PSD/CDS, o SNS não foi poupado pela austeridade. O orçamento do SNS foi cortado significativamente e o número de profissionais foi fortemente reduzido.

Nos últimos anos tem-se assistido a uma recuperação, seja de dotação orçamental, seja do número de profissionais, como se pode verificar na tabela seguinte, mas a um ritmo que é claramente insuficiente para as exigências do SNS e para as necessidades da população.

	2014	2015	2016	2017
Médicos s/ internos	16530	16978	17800	18247
Médicos internos	7964	8330	8402	8893

Enfermeiros	37307	38678	40367	41457
Técnicos Superiores de Saúde	1645	1626	1623	1612
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	7376	7580	7809	7792
Assistente Técnico	15804	15870	15857	15756
Assistente Operacional	23865	24520	24775	24653
Outros	6393	6415	6886	6954
Total	116884	119997	123519	125364

Fonte: dados disponibilizados em <https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/trabalhadores-por-grupo-profissional/>

Se queremos contruir um SNS capaz de dar uma resposta adequada e atempada a todos os utentes, é necessária uma contratação ainda maior. Essa contratação não pode estar condicionada por uma estratégia orçamental que olha mais para o défice do que para os serviços públicos.

É preocupante que os concursos para contratação de recém-especialistas não abram por falta de autorização das Finanças e, no entanto, muitos destes médicos sejam empurrados para o privado ou para o estrangeiro. É preocupante que haja contratações previstas ao abrigo dos planos de contingência da gripe que são atrasadas pelas mesmas razões. Estes são dois exemplos que mostram, por um lado, a existência da necessidade de reforçar os profissionais de Saúde no SNS e, por outro lado, a forma como o Governo não está a corresponder a essa necessidade.

Continuam a faltar médicos de família em número suficiente para garantir médico de família a todos os utentes e que permitam a redução do número de utentes por médico de família. Inúmeros hospitais confrontam-se com a falta de médicos especialistas, o que impacta negativamente no tempo de espera para consultas e cirurgias, o que não permite o total aproveitamento do bloco operatório e torna difícil o funcionamento de certos serviços 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Continuam a faltar profissionais de enfermagem em número suficiente para cumprir com as dotações seguras e para, por exemplo, garantir o enfermeiro de família a todos os

utentes. A falta de enfermeiros é gritante em muitos serviços de saúde, agravada pelo fenómeno de burnout, o que leva a que muitos serviços funcionem com um número de enfermeiros muito reduzidos para as necessidades.

O mesmo se pode dizer em relação aos assistentes técnicos e assistentes operacionais. Quer os cuidados de saúde primários, quer os cuidados hospitalares reportam a necessidade de contratar mais profissionais para desempenhar estas funções. A falta de profissionais afeta também os técnicos de diagnóstico e terapêutica e os técnicos superiores de saúde. Tanto num caso como noutro a contratação tem que ser incrementada se queremos – como devemos querer – que o SNS internalize mais procedimentos, como nos casos dos meios complementares de diagnóstico, ao mesmo tempo que queremos que reforce a sua capacidade de resposta em áreas como a psicologia, por exemplo.

Não se podem ignorar os episódios de várias horas de tempos de espera nas urgências ou a falta de capacidade de resposta por falta de profissionais ou a forma como o SNS.

Assim, e não obstante a evolução positiva em número de profissionais que se obteve nos últimos anos, para o Bloco de Esquerda é claro que durante o ano de 2018 é necessário contratar mais profissionais para melhorar a qualidade do SNS, aumentar a sua capacidade de prestação de cuidados de saúde, combater listas de espera, disponibilizar mais serviços e valências aos utentes, ao mesmo tempo que se procede a uma progressiva internalização de exames e cirurgias.

A necessidade de mais profissionais no SNS é permanente, não é sazonal. As unidades de saúde têm dificuldade em responder a picos de procura porque vivem com défice de profissionais. É por isso que consideramos que todos os profissionais de saúde que sejam colocados ao abrigo do plano de contingência da gripe devem ser contratados, de forma permanente, para trabalhar nas unidades de saúde onde foram colocados.

Assim, com o a presente iniciativa legislativa, o Bloco de Esquerda recomenda ao Governo que proceda à contratação definitiva de todos os profissionais de saúde que foram ou venham a ser colocados no Serviço Nacional de Saúde ao abrigo do plano de contingência da gripe.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Torne definitivos os contratos de trabalho de todos os profissionais de saúde colocados no Serviço Nacional de Saúde ao abrigo do Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas – Módulo Inverno 2017/2018.

Assembleia da República, 17 de janeiro de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,